

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA

SERRA DA CANASTRA
TERRITÓRIO EM DISPUTA



Resenha: FERREIRA, Gustavo H. Cepolini. **Serra da Canastra Território em Disputa:** uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa. São Paulo: Editora Entremares, 2018. 272 p.

Por Brenda Maria dos Santos

da Universidade Estadual de Montes Claros - Minas Gerais - Brasil

brendamaruad@gmail.com

A obra “Serra da Canastra Território em Disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do parque e a expropriação camponesa”, é resultado da pesquisa de mestrado em Geografia Humana defendida em 2013 pelo geógrafo Gustavo Henrique Cepolini Ferreira.

O objetivo da obra é analisar e caracterizar as disputas territoriais a regularização fundiária do Parque Nacional Serra da Canastra (PNSC), e dos camponeses que vivem no entorno da Unidade de Conservação (UC), o livro está estruturado da seguinte forma: prefácio elaborado por Estêvão Ferreira Couto – Defensor Público Feral, apresentação do autor, introdução, quatro capítulos, considerações finais e referências.

Na apresentação o autor retrata a origem da obra, ou seja, na sua dissertação defendida na Universidade de São Paulo, que analisa as contradições históricas na constituição do PNSC, bem como reconhece a luta dos camponeses pela terra, visto que a regularização da UC é repleta de irregularidades. Segundo o autor trata-se de imoralidade respaldada na histórica contradição fundiária brasileira.

O agronegócio vem comprando e doando áreas não regularizadas na Canastra e também em outros parques e Unidades de conservação no Brasil para compensar suas infrações ambientais tal processo consolidará algumas áreas de conservação ambiental sob os mesmos caminhos autoritários de outrora. (FERREIRA, 2018 p. 19).

É retratado que as alternativas para os Canastreiros atrelam-se a diferentes estratégias de lutas, dentre elas, destacam-se: as atualizações da Comissão da Verdade e Reconciliação da Serra da Canastra, bem como na Perícia Judicial dos Povos e Comunidades Tradicionais da Canastra, que irá possibilitar um maior entendimento dos povos Canastreiros como as festas,

a ordem moral camponesa, a terra para o trabalho, o manejo dos chapadões e dos vales, que possibilitou uma característica ambiental no entorno do Parque.

Ferreira (2018), relata que não vê outra alternativa dentre os projetos e disputas existentes se não a luta e defesa do território Canastreiro, pois o agronegócio, a mineração e o turismo poderão aumentar a disputa territorial.

Na introdução apresenta-se um aparato geral da pesquisa, na qual o autor relata a ação do Estado sobre os impasses da UC de proteção integral em especial na regularização fundiária, os conflitos que são agravados em decorrência desse processo as disputas territoriais entre os camponeses, e os problemas da mineração e do agronegócio que perdura por décadas.

Nessa parte retratam-se as estratégias metodológicas, dentre elas: as entrevistas feitas no decorrer dos trabalhos de campo, consulta a documentos como teses, dissertações, legislação federal e estadual, jornais locais, revistas, DVDs dentre outros, com acesso a todo o material o autor relata que durante a pesquisa ele conviveu de perto com a angústia, lutas cotidianas, vitórias, rezas e festas da população camponesa, na qual as disputas territoriais estão ligadas a história do PNSC a partir da regularização fundiária bem como no entorno do parque.

O autor salienta que para se compreender e entender essas disputas e processos territoriais, deve se conceituar o que se entende por território. Para Rafestin (1993) “espaço não é sinônimo de território, é resultado de uma ação signatário, ator que realiza algum programa em qualquer nível” (*apud* FERREIRA, 2018, p. 25), dentre outras visões sobre o território, o próprio autor conclui que esses conflitos continuaram cada vez mais frequentes no mundo atual, pois o acesso aos recursos naturais é muito desigual, mesmo que a população camponesa auxilie na preservação esses recursos naturais elas sofrem com a expropriação das terras, dos seus modos de vida e perdem um pouco da sua cultura.

No 1º capítulo intitulado: “A luta pela terra e as unidades de conservação no Brasil”, o autor faz uma relação dos conflitos a partir da implementação das UCs, é feita uma abordagem sobre os movimentos das escolas ambientalistas ou ecologistas no Brasil com uma análise sobre as UCs do país, evidenciando que muitos desses movimentos tinham como ideais sociais e visavam a valorização e o respeito aos moradores tradicionais; o autor retrata ainda sobre o contexto da militarização e os conflitos no campo, e nessa parte evidencia a desordenação da regularização fundiária na qual as políticas públicas do país apresentam ideias conservadoras oriundas da Ditadura Militar (1964-1985), fazendo com que elas impedissem a reforma agrária, aumentando os conflitos e disputas territoriais com os camponeses.

Segundo uma análise do autor,

As mudanças ocorridas no cenário político brasileiro no período analisado remetem à postura autoritária do regime militar, e nesse cenário, temos alguns desafios ao situar um processo complexo que envolve a legitimação de um PARNA e as estratégias utilizadas, como a desapropriação para fins de Reforma Agrária, permitindo, assim, a expropriação camponesa. (FERREIRA, 2018, p. 32)

Desde a criação do primeiro PARNA no Brasil, algumas leis foram assinadas para contribuir e ajudar na preservação do patrimônio natural do país, destacando-se a Constituição de 1934 e 1937, a Carta Magna de 1946 e o Decreto Legislativo n.º 3 de 1948, ambas preveem proteger as belezas naturais bem como o patrimônio e os monumentos históricos do país. O autor faz um aparato sobre as leis e as UCs, o que se mostra é uma irregularidade das UCs e uma falta de fiscalização por parte dos governos, o que agrava as disputas territoriais, e a regularização fundiária é um problema que acaba comprometendo a proteção ambiental.

No capítulo 2: “O Parque Nacional da Serra da Canastra e as Disputas Territoriais”, o autor aborda a ocupação e produção da Canastra, e sua relação entre agropecuária e a mineração na Serra da Canastra respaldado ao amplo histórico de constituição do PNSC a partir de 1972.

Sobre a história do parque o autor relata que se encontravam indígenas, escravos foragidos e refugiados em quilombos ali existentes, em seguida os próprios camponeses que fazem parte desse mesmo contexto, alguns autores como Santos, Soares e Bizerril (2008), relatam que tal ocupação não foi nada suave; constata-se muitas batalhas na região da Canastra, muitos índios foram mortos por bandeirantes, mesmo assim o que se sabe é que todos lutaram antes de morrer ou serem dizimados. (*apud* FERREIRA, 2018, p. 78).

Sobre a agricultura camponesa é predominante à atividade agropastoril tradicional, ou seja, com terras de pastagens e de cultivo, já na mineração principalmente no garimpo, é uma prática que dura quase um século, o reconhecimento dessa prática por parte dos órgãos responsáveis, foi de grande importância, pois serviu para identificar os conflitos existentes na região, eram áreas cedidas pelos os donos da terra aos garimpeiros chamados de meia-praça, porém o que era extraído da terra tinha que ser dividido com os proprietários, sendo 50% do valor para pagar o usufruto da terra e da água.

Para se colocar em prática a “Reforma Agrária”, o governo adotou a expropriação camponesa, ou seja, foi uma forma encontrada para acabar com os conflitos fundiários das UCs, para isso o governo declarou algumas terras como sendo de interesse da reforma agrária, essas áreas foram desapropriadas e o governo pagou como Títulos da Dívida Agrária (TDA), porém o Estado não pagou os fazendeiros e camponeses desapropriados, criou o parque baseado na fundamentação jurídica da “reforma agrária”.

No capítulo 3: “As Propostas para o Parque: Uma Travessia Incerta na Canastra”, o autor analisa os projetos de lei do parque a partir de 2007, nesse tópico retrata as divergências dos planos de manejo, em consonância com Projetos de Lei da Câmara, os quais visam solucionar os conflitos da região, criando uma APA (Áreas de Proteção Ambiental), como a finalidade proteger o entorno do parque, entre outras proposta para constituição de outras UCs. Nesse sentido, o autor retrata a questão do agronegócio que logo após o Edital para regularização fundiária de 2010, apresenta-se como uma estratégia para compensar sua reserva legal nas áreas do entorno do parque, ou seja, como mentoras da conservação ambiental no país. No final do referido capítulo o autor aborda a compensação descompensada, na qual tanto a Reserva Legal prevista em lei, continuavam a favorecer os empreendimentos, bem como o agronegócio, cuja contradição está justamente nos impactos ao meio ambiente.

No último capítulo intitulado: “Manejo, Lições e Resistências Camponesas”, o autor reflete sobre o modo de vida dos camponeses, relatando as dificuldades que os camponeses estão encontrando cada vez mais para manter suas práticas agrícolas, pois as pressões do órgão ambiental são recorrentes ainda mais como esse apoio ao agronegócio que compra áreas não regularizadas do parque e doam para o ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), ameaçando, portanto, as suas práticas e manejos dos camponeses.

Nesse sentido, o autor ressalta a importância de rever as políticas públicas que simplesmente violam os direitos dos camponeses, que vivem da terra e preservam a mesma e seu modo de vida. A partir dessa caracterização, reconhece a oposição entre o campesinato e o agronegócio, principalmente a partir da relação terra-capital, ou seja, da forma como desorganizam o território a partir da exploração dos recursos naturais. No final do capítulo o autor indaga que os camponeses devem lutar e resistir pelo seu território, pois as próprias políticas públicas são autoritárias e injustas com essa classe.

Assim, conclui-se que a presente obra é de grande valia para o entendimento da formação do PNSC bem como do próprio território para os camponeses que ali residem e tiram o sustento de suas famílias. Trata-se, portanto, de uma disputa territorial que expropriou os camponeses e segue ameaçando-os sob inúmeros pretextos, ou seja, seguem sofrendo os desmandos dos governantes para com essa população que vem sofrendo com conflitos, disputas e desapropriações dos seus territórios visto que os mesmos não querem sair e ir para outro lugar; acompanhando essa história ressalta-se que a indagação final do autor na qual os camponeses devem lutar e resistir devem ser levadas adiante, pois, é injusto e até mesmo desumano o que essa população vivencia nas nascentes do rio São Francisco.

Referências

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. **Serra da Canastra Território em Disputa**: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa. São Paulo: Editora Entremares, 2018. 272 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SOARES, C. C.; BIZERRIL, M. X.; SANTOS, J. P. (Orgs.). **Um lugar chamado Canastra**. Atibaia – SP: Instituto Pró-Carnívoto, 2008.

Sobre a autora

Brenda Maria dos Santos - É graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.

Recebido para avaliação em junho de 2019
Aceito para publicação dezembro de 2019